

Maternidades profanadas em tempos de pandemia. Coletividades que acolhem como prática decolonial de apoio mútuo

Maternity wards desecrated in times of pandemic. Communities that embrace a decolonial practice of mutual support

Priscilla Bezerra Barbosa¹

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica,
Brasil / priscillabbarbosa1984@hotmail.com
Identificador Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8010-6590>

Luiz Fernandes de Oliveira²

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica,
Brasil / priscillabbarbosa1984@hotmail.com
Identificador Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3955-3732>

Recibido: 1/8/2020. Aceptado: 18/9/2019.

Resumo

A proposta apresentada visa uma discussão com base no gênero, foco na temática da maternidade solo e situada no contexto da pandemia atual. Adotamos um olhar decolonial, encontrado nas teorias do grupo Modernidade/Colonialidade e, também, nos feminismos decoloniais de María Lugones e François Vergès. Buscamos pensar sobre aquilo que se constitui socialmente sobre as mulheres que são mães solo, especificamente neste contexto de crise sanitária global. É neste cenário que o pretense artigo visa compreender sob que condições algumas mulheres estão vivendo suas vidas e como estão administrando material e emocionalmente o cotidiano que as impele. Nossa proposta contará com o apoio de três mulheres que se dispuseram a compartilhar suas experiências. Em meio a tessitura desses diálogos, percebemos que a existência de apoio, através de redes e coletivos, tem sido essencial para a manutenção das possibilidades de vida de muitas famílias.

Palabras clave: Decolonialidade, feminismo decolonial, gênero, maternidade solo, pandemia.

Resumen

La propuesta presentada tiene como objetivo una discusión basada en el género, centrada en el tema de la maternidad en solitario y situada en el contexto de la pandemia actual. Adoptamos una perspectiva decolonial, encontrada en las teorías del grupo Modernidad/Colonialidad, y también en los feminismos descoloniales de María Lugones y François Vergès. Buscamos pensar en lo que constituye socialmente las mujeres que son madres solas, específicamente en este contexto de crisis de salud global. Es en este escenario que el presente artículo pretende comprender en qué condiciones viven algunas mujeres y cómo están manejando material y emocionalmente la vida cotidiana que las impulsa. Nuestra propuesta contó con el apoyo de tres mujeres que estuvieron dispuestas a compartir sus experiencias. En medio del tejido de estos diálogos, nos dimos cuenta de que la existencia de apoyo, a través de redes y colectivos ha sido fundamental para el mantenimiento de las posibilidades de vida de muchas familias.

Keywords: Decolonialidad, feminismo decolonial, género, maternidad en solitario, pandemia.

1. Priscilla Bezerra Barbosa é Doutoranda e Mestra em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro PPGEDUC/UFRJ. PPGeduc/UFRJ).

2. Luiz Fernandes de Oliveira é doutor em Educação pela PUC-Rio e Professor da Licenciatura em Educação do Campo e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDUC).

Abstract

The proposal presented is aimed at a discussion based on gender, focused on the issue of solitary motherhood and situated in the context of the current pandemic. We adopt a decolonial perspective, found in the theories of the Modernidade / Colonialidade group, and also in the decolonial feminisms of María Lugones and François Vergès. We seek to think about what socially constitutes women who are single mothers, specifically in this context of the global health crisis. It is in this scenario that this article aims to understand the conditions under which some women live and how they are materially and emotionally managing the daily life that drives them. Our proposal had the support of three women who were willing to share their experiences. In the midst of these dialogues, we realized that the existence of support, through networks and collectives, has been essential for maintaining the life chances of many families.

Keywords: Decoloniality, decolonial feminism, gender, solitary motherhood, pandemic.

O trabalho presente tem por objetivo suscitar reflexões e diálogos acerca das condições que muitas mulheres têm enfrentado no atual cenário pandêmico comum a todos os indivíduos do planeta. Sabemos que a crise sanitária que nos sobrevém não tem a menor chance de acarretar consequências mesmas a todos aqueles que são atravessados por ela, visto que a multiplicidade de gentes e suas condições de vida são fatores a serem considerados em qualquer análise pre-tendida.

Assim sendo, um olhar mais focado se faz necessário, porém, tudo aquilo que for possivelmente enxergado a partir desse foco não terá a pretensão de fato absoluto e inquestionável. O que buscaremos é um diálogo que seja capaz de conquistar alguma atenção às situações que serão identificadas como a realidade para determinado grupo de pessoas situadas em um específico contexto e sob precisas condições que, embora particulares, não se configuram como exceções.

Apontamos que a intenção abraçada neste exposto é que possamos fazer uma discussão que se assente numa ideia decolonial de gênero, levando em consideração o contexto da pandemia atual. Optamos pela maternidade solo como a temática, tal escolha partiu, além de uma experiência pessoal de uma das partes autoras deste artigo, também da observação e análise de determinados discursos direcionados a muitas mulheres que são mães sem a presença efetiva de pessoa companheira. Assim, perpassando pelas ideias históricas de gênero, família, casamento e maternidade, vislumbramos construir um breve diálogo sobre - e a partir de - aquilo que se constrói socialmente sobre as mulheres que são mães solo, especificamente, neste momento de crise sanitária global.

É neste contexto que o pretendo artigo visa compreender determinadas mulheres que são mães solo, estão vivendo suas vidas e como estão administrando material e emocionalmente o cotidiano que as impele. Para tal, trabalhamos em diálogo com três colaboradoras que se dispuseram a compartilhar suas experiências para que possamos compreender de que maneira têm sido possível - e se tem sido - suas vivências dentro do cenário de distanciamento social sugerido como estratégia de combate à pandemia.

A proposta acima referenciada passa a ser pensada, a partir de um trabalho que já vem sendo desenvolvido desde o ano de 2015, quando uma das partes autoras deste artigo iniciou sua trajetória de pesquisa na temática da maternidade. Tais estudos, desenvolvidos no contexto de uma pesquisa de mestrado, levaram a perceber que a maternidade, como lugar social que é, acabou se delineando como uma poderosa ferramenta de opressão contra as mulheres. Dando sequência à pesquisa dentro da temática, há em desenvolvimento um trabalho que se conecta diretamente com a pesquisa de doutoramento intitulada “Maternidades profanas. Um diálogo a partir do feminismo decolonial”, que tem como proposta analisar e discutir com base numa perspectiva

decolonial, a construção histórica da ideia de gênero, dos seus referidos papéis, da construção da ideia de família e, conseqüentemente, do ser mulher e da maternidade, desde a ideia de sacralidade desta, até uma nova concepção da mesma que será defendida como uma forma de maternidade que se quer profana.

A ideia de construir um conceito de profano que se ligue ao exercício da maternidade solo é pensado como uma forma de transgredir e transcender a ideia de sagrado comum historicamente construída com relação à experiência materna e à mulher que a exerce, dentro de um contexto de família burguesa. A provocação é tentar fazer pensar que maternidade seria essa que pode ser considerada bonita, digna de proteção por ser uma vivência sagrada do feminino? Mais que isso, é pensar que sujeitas são essas que podem ser elevadas ao patamar de mães que devem ser exaltadas, cuidadas, resguardadas e apoiadas em seu sacerdócio materno? É importante pensarmos o que exatamente sacraliza a mãe, a maternidade em si ou o contexto social em que essa maternidade é concebida.

No Brasil, diante de um conturbado contexto político que se acentua a partir do ano de 2016, quando através de um golpe político-jurídico-midiático, a presidenta Dilma Rousseff foi impichada, com base numa acusação infundada de crime de responsabilidade, vimos uma intensa onda reacionária e discursos de ódio ganhando cada vez mais espaço na sociedade. Nesse contexto, em 2018, chegamos ao ponto de ver um então candidato à vice-presidência - hoje vice-presidente eleito e empossado - declarar publicamente que lares chefiados somente por mulheres são uma “fábrica de desajustados”¹, inclusive, apontando para uma associação entre problemas do narcotráfico no país aos “elementos” criados sem a presença do pai ou do avô.

Ao nos depararmos com esse tipo de colocação que traz uma ideia que, infelizmente, não é uma exceção no imaginário de parcela significativa da sociedade brasileira acerca de mulheres que chefiam solamente suas famílias, principalmente nas camadas mais empobrecidas dessa sociedade, faz-se necessário pensarmos: para quem, realmente, a maternidade seria sagrada ou qual o elemento que sacralizaria a mulher que é mãe?

Embora vivamos hoje em nossa sociedade um momento político institucional de violentos ataques à democracia, vivemos também o contrafluxo do conservadorismo, onde é possível observar resistências várias que ganham corpo através do desenvolvimento de uma conscientização política de determinados grupos minoritários. Tal processo de maturação de consciências críticas e resistentes tem levado ao fortalecimento dos movimentos ligados à superação do racismo, dos padrões de gênero dicotômicos e heteronormativados e do capitalismo como sistema que explora e aliena os indivíduos de sua forma mais humanizada de vida.

A maternidade, e seu papel socialmente construído, tem conquistado um status de discussão que se desempenha de forma politizada e não mais como um assunto desimportante que se dê somente em conversas informais, muitas vezes consideradas meras reclamações de mulheres inadequadas à maternidade. Os debates têm se estabelecido entre muitos indivíduos que compõem a sociedade, mas, em especial, entre as mulheres que exercem tal papel. Expor e pensar a maternidade a partir das sujeitas que a vivem é de suma importância para a evolução dos debates apresentados nos campos do feminismo enquanto teoria que discute, questiona e desconstrói aquilo que chamamos papel de gênero.

É inserida no referido contexto que as discussões acerca da maternidade têm se estabelecido como algo cada vez mais necessário. Ao falar sobre o assunto, bell hooks² (2019: 195-196) esclarece, em “parentalidade revolucionária”, que maternidade sempre foi um assunto presente no movimento feminista desde suas origens.

1. Link de acesso à matéria <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/casa-so-com-mae-e-avo-e-fabrica-de-desajustados-para- trafico-diz-mourao.shtml>

2. bell hooks é professora, filósofa e intelectual negra americana. Seu nome de nascimento é Gloria Jean Watkins, e seu pseudônimo, inspirado no nome de sua bisavó materna, é escrito em letras minúsculas com a finalidade de transferir a atenção da figura autoral para as ideias de seus textos.

Entretanto, nos mostra a existência de uma disparidade nas formas como tal questão é abordada. De um lado, o feminismo hegemônico branco-burguês aponta a maternidade como obstáculo ao desenvolvimento de uma vida para além do mundo privado, envolvendo um árduo e penoso trabalho de cuidado a ser executado pelas mulheres, por outro, nos movimentos de mulheres negras e racializadas, a maternidade nunca pôde ser vista de tal maneira, posto que tais mulheres sempre estiveram atuantes no trabalho fora de casa, razão pela qual suas vivências e construção de vínculos familiares mais atenciosos foram dificultadas ou até impedidas. Enquanto aquelas desejavam sair do lar para trabalhar sem precisar se ocupar exclusivamente da família e da casa, as últimas desejavam ter o privilégio de não ter alijada de suas vivências a possibilidade de dedicação aos cuidados afetivo com sua família e seu próprio lar.

A conquista da liberdade para muitas mulheres perpassa também, mas não somente, por uma ressignificação da maternidade e de seu papel social, mesmo que tal ressignificação se dê de maneira diametralmente oposta para grupos diferentes de mulheres. Como já apontado, a discussão da maternidade ganha contornos bastante diferentes quando falamos do exercício da mesma e o direito à família para mulheres de origem branco-burguesa e para mulheres que tem suas trajetórias determinadas pelos processos de classificação racial, econômica e cultural impostos a partir do sistema moderno colonial trazido pelo europeu. De toda forma, o que hooks (2019: 199) nos diz, ainda em “parentalidade revolucionária”, entre outras coisas, é que a natureza da maternidade precisa ser discutida de forma séria e comprometida, tendo toda a sua complexidade pensada a partir dos contextos vários em que se estabelece, nos levando assim, a não mais aceita-la como obrigatoriedade do gênero feminino, destino de todas as mulheres e nem como ferramenta de opressão e exploração sobre aquelas que a exercitam.

Dentro de um projeto de poder moderno colonial europeu, implementado nas Américas, a constituição da família nuclear³, que trouxe a figura do patriarca como poder central e da mãe como fonte de cuidado, serviu de modelo para a constituição de uma ordem a ser replicada com vistas à organização do poder e das hierarquias na vida social. Assim, segundo Roudinesco “a ordem familiar econômico-burguesa repousa, portanto, em três fundamentos: a autoridade do marido, a subordinação das mulheres, a dependência dos filhos”. (ROUDINESCO, 2002/2003: 38)

Considerando que os processos em torno da maternidade se dão em consonância com as perspectivas históricas acerca dos ideais de família e casamento, entendemos que as construções acerca do gênero e os papéis sociais por ele determinados são a base para compreendermos as relações socialmente constituídas, a começar pela família e os sujeitos que nela atuam. Desta forma, sobre família, a historiadora Flávia Biroli, nos aponta que “ganha sentido em contextos históricos específicos e modifica-se no tempo e em diferentes ambientes culturais” porém, adverte sobre a multiplicidade de possibilidades de constituição da mesma quando segue dizendo que “corresponde a uma pluralidade de arranjos em um mesmo local e tempo”. (BIROLI, 2018: 91)

Partindo da fala de Biroli, que nos atenta para a possibilidade de constituições várias de formas familiares num mesmo contexto histórico de tempo e espaço, podemos nos voltar para aquelas que, sob muita resistência, foram constituídas entre os escravizados africanos, ao longo do projeto moderno colonial implementado no Brasil colônia. Partindo disto, podemos identificar outra concepção, distante daquela replicada entre os

3. De acordo com Oyèrónké Oyèwùmí, família nuclear é “uma família generificada por excelência. Como uma casa unifamiliar, é centrada em uma mulher subordinada, um marido patriarcal, e as filhas e filhos. A estrutura da família, concebida como tendo uma unidade conjugal no centro, presta-se à promoção do gênero como categoria natural e inevitável, porque dentro desta família não existem categorias transversais desprovidas dela. Em uma família generificada, encabeçada pelo macho e com dois genitores, o homem chefe é concebido como ganhador do pão, e o feminino está associado ao doméstico e ao cuidado.” (p. 2-3)

colonizadores europeus, para o lugar social da maternidade e da mulher que o ocupa.

Era sob o destino imposto pela brutalidade do sistema escravista que mulheres e homens negros tinham seu direito à constituição de família usurpados. Dentro do projeto moderno colonial imputado ao Brasil colônia e aos seus nativos e aos africanos e afro-brasileiros aqui explorados, a mulher escravizada tinha de si o direito ao exercício da maternidade brutalmente arrancado. Machado (2018) afirma que para as escravizadas, “ser mãe engendrava situações altamente dúbias, nas quais as alegrias da maternidade vinham misturadas ao medo dos maus-tratos, da separação e de outras dificuldades que causariam sofrimento à criança” (: 339).

Ao apontarmos que a família nuclear burguesa historicamente se constituiu sob a lógica do patriarcado, definido por hooks (2015/2019: 13) como um “sexismo institucionalizado” e, ainda por Biroli como “um complexo heterogêneo [...] de padrões que implicam desvantagens para as mulheres e permitem aos homens dispor do corpo, do tempo, da energia de trabalho e da energia criativa delas” (Biroli, 2018: 11), pensamos que, neste contexto, criar e impor a ideia do que chamamos hoje de gênero, foi essencial para a reprodução e manutenção das relações de poder na sociedade colonizada. Desta maneira, optamos por estabelecer as bases de nossas reflexões numa perspectiva teórica que seja decolonial, especificamente, bebendo da fonte dos estudos apresentados até o momento, pelo grupo denominado Modernidade/Colonialidade (M/C).

O ponto de partida das discussões do referido grupo se dá no esforço teórico de apontar que a Europa e a Modernidade por ela apresentada são construções ideológicas necessárias para o estabelecimento de uma hegemonia política no mundo que se construía. Dussel (2005), traz essa ideia de construção conceitual acerca do que é a Modernidade e aponta que essa conceituação acaba sendo um elemento que se soma à formação de outra narrativa que dá origem ao mito Europa. Ligado a esse processo, traz o eurocentrismo como fator que fez com que ocorrências intra europeias, como por exemplo, Ilustração e Revolução Francesa, fossem o ponto de partida para a construção da ideia de Modernidade que, acabou sendo imposta ao mundo colonial, como um fator global. Dussel critica tal posição e alega que, diante do exposto, a Modernidade deveria ser considerada um evento regional, se não, provincial, mas, jamais, global.

Ainda segundo Dussel, a superioridade da Europa só se torna possível a partir da con-quista da América Latina. Foi através de um processo de invasões, dominação, exploração e violações que se deu o acúmulo de riquezas, conhecimentos e experiências dos colonizadores europeus que, desta forma, projetaram e disseminaram a ideia de modernidade ao mundo novo da América Latina, como algo que elevaria toda e qualquer sociedade a processos de evolução e civilização, pois se anunciava como um elemento coberto de racionalidade, portanto, libertador. Foram justamente as ideias contidas no conceito de Modernidade, construído pelos europeus e impostos à América Latina, que serviram como justificativa para uma práxis irracional e violenta que perdura até hoje, embora de forma diferente da inicial, através do que o grupo denominou colonialidade.

Ainda com base nos estudos do grupo M/C acerca do processo de colonização e colonialidade impostos ao continente hoje denominado América, através da construção de uma ideia de modernidade, encontramos o conceito de Matriz Colonial de Poder (MCP), apresentado pelo autor peruano Aníbal Quijano. Tal conceito aponta para as engrenagens de um mecanismo de colonização ao qual os povos da América foram submetidos por parte dos europeus.

Sobre a MCP, Quijano aponta a constituição de uma matriz que se sustenta na lógica da colonialidade e atua como um poderoso mecanismo de controle e classificação da humanidade. Assim, é através dessa MCP que as relações hierárquicas de poder são ocultadas naquilo que o autor denomina ‘retórica da modernidade’. Tal

retórica se torna a ferramenta necessária à propagação e manutenção daquilo que os estudos do grupo M/C denominam de sistema moderno colonial.

Ao optarmos por pensar nessa perspectiva os processos que nos levaram a determinadas construções históricas de gênero, mulher, família e maternidade, compreendemos que tal esco-lha seja, uma dentre tantas outras possibilidades de reação ao pensamento moderno colonial que considera a história da Europa como global e linear, universalizando conceitos e sujeitos. Desta forma, foi atentando para a importância de compreensão da teoria de Quijano sobre a Matriz Colonial do Poder que a filósofa argentina María Lugones⁴(2007/2019), pensadora feminista decolonial que teceu suas reflexões sobre a construção de gênero e suas faces, como algo advindo a partir do processo de colonização e da imposição da referida matriz de poder e seus pilares constituintes, defendendo a tese de que o gênero é uma categoria estritamente colonial, construída, trazida e imposta aos colonizados pelos colonizadores.

María Lugones constrói sua teoria para um feminismo descolonial a partir de uma crítica ao pesquisador Aníbal Quijano, quando o mesmo teoriza acerca da existência de uma Matriz Colonial de Poder que seria uma espécie de sistema mundo ou padrão de poder global que fundamenta e ordena a organização do mundo moderno e da civilização ocidental através de um sistema linear de classificação que constituiu hierarquias. Para auxiliar na compreensão do que seja essa matriz de poder apontada por Quijano, Ramón Grosfoguel, outro teórico do grupo M/C esclarece que:

Na sua formulação original por Quijano, o “patrón colonial de poder” (matriz colo-nial de poder) foi descrito como quatro domínios inter- relacionados: controle da economia, da autoridade, do gênero e da sexualidade, e do conhecimento e da subjetividade. [...] O que sustenta as quatro “cabeças” ou âmbitos inter-relacionados de administração e controle (ordem mundial), são as duas “pernas”, ou seja, o fundamento racial e patriarcal do conhecimento (a enunciação na qual a ordem mundial é legitimada). (Grosfoguel, 2008: 5)

Outro ponto que foi tomado por Lugones como partida para seus pensamentos acerca do que poderia vir a ser um feminismo descolonial⁵, foi a opção por uma perspectiva interseccional que considerasse gênero, raça e colonialidade não como categorias que pudessem ser fragmentadas, mas sim com um complexo de engrenagens que se interligam para que ocorra o funcionamento do todo. Desta forma, tem sido de extrema importância para a autora que os marcos analíticos apresentados, tanto pelo feminismo interseccional como pela teoria da matriz colonial de poder de Quijano, fossem mais atentamente trabalhados para que ela pudesse formular inicialmente a categoria que denominou *sistema moderno colonial de gênero*.

O Feminismo descolonial se fundamenta na compreensão de que há uma colonialidade do gênero que opera e hierarquiza a sociedade desde a criação do mito da modernidade europeia até os dias atuais. Para as feministas descoloniais Ynderkys Espinosa, Diana Gómez, María Lugones e Karina Ochoa, para pensar o feminismo de uma perspectiva descolonial, é necessário:

Entender que la raza está ligada inseparablemente del control sobre las vidas de las mujeres que tienen una historia de racialización. Esta historia está cruzada por una negación de la humanidad de las mujeres no-blancas, indígenas y afrodiapóricas. Esa negación está a su vez atada a una visión de la

4. Foi em tempo de concluir este artigo que recebemos a triste notícia do falecimento de María Lugones e vimos, por meio desta nota, registrar que a referida perda foi profundamente lamentada por nós. A Lugones, agradecemos imensamente toda a dedicação de uma vida a pensar as diversas maneiras possíveis de lutarmos pela decolonialidade e, em especial, por pensar em nós, mulheres latino-americanas, que tivemos nossas subjetividades e trajetórias severamente atravessadas pelo processo de racialização moderno colonial que foi criado, mantido e replicado para que fôssemos sistematicamente desumanizadas. Que Lugones saiba que, a seu exemplo, seremos sempre inquietação e resistência na busca árdua pelo fim da decolonialidade em todos os âmbitos de nossa existência.

5. Opatmos por manter a termo descolonial como apresentado no texto referenciado. A despeito da diferença na escrita entre decolonial e descolonial, ambos termos carregam o mesmo exato sentido.

humanidad que es necesariamente violenta y destructiva en nombre de la razón. (Espinosa, Gómez, Lugones y Ochoa, 2013)

Desta forma, compreendemos então, com base no que Lugones nos apresenta em suas reflexões e teorias, que num processo de pensar-fazer que se queira decolonial, devemos come-çar nos conscientizando, enquanto sujeitos constituídos a partir de um situação colonial, sobre como um sistema mundo se impôs a determinar as vidas e modos de existir, causando estrategicamente a fragmentação da vida humana como forma de viabilizar a constituição e manutenção de hierarquias de poder que organizam a sociedade determinando os lugares possíveis a cada um de nós.

Quando adotamos perspectivas decolonias de análise e reflexão, estamos considerando ainda um fazer/ser que também seja decolonial, visto que as práticas assim pretendidas não se limitam ao campo das teorias, mas antes, partem das vivências cotidianas daqueles que, mesmo em situação de subalternização, resistem.

Para tal reflexão, convidamos ao diálogo a cientista política Françoise Vergès que acaba de nos brindar com a publicação em português do seu trabalho intitulado *Um Feminismo Decolonial*. A autora nos aponta que enxerga o feminismo decolonial como aquele que não se constrói a partir de teorias, mas sim, vivendo experiências e resistências de lutas diárias contra toda e qualquer forma de opressão que nos violenta. É a partir da vida que a teoria decolonial se consolida e não o inverso. Desta forma, o feminismo decolonial pensado por Vergès, podemos dizer, é um apanhado de movimentos e processos que sempre estiveram presentes na vida das mulheres negras e racializadas. Mais que isso, o feminismo para ser decolonial, deve se constituir em vias práticas sob as experiências de todos os sujeitos oprimidos, violados e desumanizados a partir de um projeto moderno colonial que lhes foi imposto. Logo, essa vertente de luta e pensamento, não tem como objetivo a libertação de mulheres racializadas [somente], mas antes de tudo, considera todo o complexo de vivências que atravessam suas vidas delineando suas trajetórias. Então, pensamos que o feminismo decolonial é para todas e todos, tendo como objetivo a (re)humanização dos sujeitos historicamente desumanizados.

Através de um diálogo bastante significativo, Vergès traz, em “um feminismo decolonial” uma espécie de denúncia, explanando, de forma clara e elucidativa o funcionamento da sociedade capitalista neoliberal que se ergue sobre os ombros de milhões de mulheres negras e racializadas que são superexploradas dentro de um sistema que se organiza de forma a manter e aprofundar as desigualdades nele estabelecidas. Assim, autora fala sobre “a economia do desgaste e a fadiga dos corpos racializados” (Vergès, 2019/2020: 125), como aquela através da qual, “pessoas são designadas pelo capital e pelo Estado como aptas a serem usadas, a serem vítimas de doenças, debilidades e deficiências que, se são questionamento da própria estrutura que as provoca”. (Vergès, 2019/2020:125)

Partindo, portanto, do todo exposto anteriormente sobre maternidades, decolonialidades, construções e desconstruções sociais, gostaríamos de retornar aquela que é, no momento, a questão posta como urgente: a possibilidade de reflexão que visa um processo de decolonialidade em nossos debates situados no atual contexto global de crise sanitária causada pelo novo coronavírus. Assim, cabe perguntarmos quem são aqueles que podem cumprir, de fato, o distanciamento social? O que possibilita que tal distanciamento seja concreto? O que ocorre dentro dos lares nesse contexto e como se sustenta nele a vida cotidiana? Cremos que estas são questões a serem consideradas ao longo de todo o processo de construção deste trabalho, mas sobretudo, como pano de fundo para as leituras possíveis das narrativas das três mulheres, colaboradoras de nossa breve pesquisa, aqui apresentadas.

Podemos pensar, a partir disso, que a questão dos trabalhos invisibilizados executados por determinados grupos de mulheres, nos leva conseqüentemente a uma questão que, ao pensarmos maternidades, é importante de ser avaliada. Falamos da (im)possibilidade de acesso ao tempo, que é gerada a partir da relação que mulheres têm com os trabalhos invisibilizados de limpeza e cuidado. Tal realidade é bastante comum a maior parte das mulheres brasileiras que enfrenta duplas e triplas jornadas de trabalhos que são essenciais, porém precarizado e considerados desimportantes.

Ao refletirmos sobre os aspectos que envolvem o exercício da maternidade, podemos observar que, além das demandas que pesam sobre a vida cotidiana e prática, há ainda a questão dos julgamentos estigmatizantes acerca da moral da mulher que é mãe solo. Tais julgamentos ainda permeiam o imaginário daqueles que concebem uma única forma de pensar as relações afetivas, a sexualidade digna e formação familiar. Segundo Venâncio⁶, “a mulher branca que assumisse o filho ilegítimo ficava sujeita a condenação moral, enquanto as negras e mestiças “não estavam sujeitas aos preconceitos sociais como as brancas de posição [...] modesta” (Venâncio, 2017: 198).

Fica claro nesta passagem que a racialização, por si só, colocava determinadas mulheres em lugar de pouca ou nenhuma moral social em oposição a mulheres não racializadas, brancas, como aquele as detentoras da boa moral e dos bons costumes sobre as quais a maternidade ilegítima atravessaria lançando-as num poço profundo. Ao contrário da maternidade concebida dentro de um contexto de relação estável heteronormativa, aquelas que se veem em situação de maternidade solo, são negativamente consideradas por muitos que compõem nossa sociedade e que, ainda e cada vez mais, se agarram aos poucos fiapos restantes do legado deixado pelo patriarcado de outrora que determinava a família burguesa construída em torno da instituição do casamento.

Não é necessário muito trabalho para compreender em que lugar as mulheres que gestam, parem e criam sozinhas os seus filhos são colocadas. Uma breve conversa com uma dessas mulheres ou uma simples busca virtual pela expressão “mãe solo” são ações que já nos apontam caminhos. Com o advento das redes sociais, encontramos hoje um número considerável de páginas, blogs e grupos virtuais que centralizam discussões sobre as condições da maternidade solitária. De modo geral, a intenção das páginas é tornar públicas situações cotidianas de mulheres que maternam sozinhas, mostrando assim, que as dificuldades vividas não são poucas e nem tampouco são simples reclamações. Através dos conteúdos, das discussões e dos relatos contidos no mundo virtual, é possível iniciar o concatenamento de ideias acerca das maneiras como a maternidade solo atravessa a vida de muitas mulheres e acaba assim, delineando suas possibilidades no mundo.

A maternidade solo nos leva ainda a refletir e questionar os processos sociais de (não) responsabilização destinados aos homens que se encontram, geralmente, sob a possibilidade de escolher entre assumir ou não o papel social da paternidade. Tais processos contraditórios – a permissão para a não responsabilização masculina sobre a paternidade e a impossibilidade de escolha da mulher sobre a responsabilização acerca da maternidade – requer uma discussão que considere a construção do ideal de gênero e dos papéis a ele atribuídos. Mais que isso, nos oportuniza esclarecer que o estabelecimento das relações baseadas no gênero denuncia uma questão de poder do homem sobre a mulher e, por esta razão, mais uma vez afirmamos que a reflexão e os embates devem ser estabelecidos de forma política, considerando as relações de poder estabelecidas em nossa sociedade, buscando compreender suas raízes históricas. Para os limites deste artigo, pretendemos fazer tal análise a partir de uma perspectiva que considere a construção do gênero como algo inerente ao

6. Renato Pinto Venâncio. Maternidade Negada. p. 198. In. História das Mulheres no Brasil. Org. Mary Del Priori e Carla Bassanezi Pinsky, 2017.

sistema colonial moderno e que, assim sendo, parte da consideração da construção histórica da ideia de raça interligada a ideia de gênero, como já apontado anteriormente.

Ao passear brevemente pelas redes sociais em busca de conteúdos atuais sobre a maternidade solo, não deixamos de observar que as mulheres que ali estão dispostas à discussão e à reflexão advém de um contexto de classe e raça que não é o da grande maioria das mulheres que cria seus filhos sozinhas no Brasil. Boa parte dessas mulheres que estão na rede possuem um grau de escolarização e profissionalização que as coloca em lugar de algum privilégio.

Pensando a proposta desta reflexão, foram realizadas buscas virtuais sobre o tema da maternidade solo e os discursos que aí estão sobre o assunto. Numa dessas pesquisas lemos que a maternidade solo é uma “nova forma de maternidade”. O que nos levou a interrogar aquilo que líamos, visto que não precisamos de muito para identificar que há tempos muitas mulheres criam seus filhos solitariamente. Quantas dessas mulheres são negras e pobres? Maternidade solo como “nova forma de maternidade”, só se for para as mulheres brancas pertencentes à classe média e à elite. Só se for para aquelas que podem escolher entre maternar solitariamente ou acompanhadas ou ainda optar por um aborto seguro.

Os questionamentos e as reflexões anteriormente apontados, são de grande relevância para dar sentido a nossa proposta, pois foi partindo disso que pensamos em estabelecer um debate tendo como pano de fundo a busca pela compreensão de tudo aquilo que, em vias práticas, acaba aproximando maternidades solo, e, conseqüentemente, as mulheres que a exercem, de formas de existência que se aproximam muito mais de serem socialmente profanadas que sacralizadas. Assim sendo, assumir esse lugar da mulher que, sim, profana a ideia hegemônica de maternidade, acaba sendo algo que se dá no campo da politização de um feminino que acabará desembocando em formas outras de socialização.

O pensar decolonial que adotamos aqui, nos convida a voltar nosso olhar para o local, o comunitário, para as experiências de grupo considerando a existência de subjetividades que se formam no limite das tensões. A maternidade é um lugar social de onde se espera uma atuação socialmente determinada. Suas bases se constituem num cronotopo específico e que está carimbado de forma histórica, social, cultural e política. Assim sendo, é de grande relevância que desloquemos para tais campos as reflexões acerca dessa temática.

Partindo desse pensar, entendemos a importância de propor que mulheres que vivem a maternidade solo, possam nos brindar com suas próprias perspectivas acerca do que nos dispomos a analisar neste trabalho. Compreendemos que são os diálogos estabelecidos, uma forma importante para que perspectivas histórico-sociais sejam repensadas e outras no-vas sejam construídas. Para além de diálogos, é na ação reflexiva que tais processos tornam-se possíveis.

Redes de apoio

“Eu já vivia em isolamento social antes da pandemia”, disse Joyce em um vídeo intitulado “maternidade negra na pandemia”, produzido para seu canal “minhas crias e eu” no You-tube. É partindo dessa fala de uma mulher preta, periférica e mãe de duas crianças que iniciamos nosso diálogo e reflexão acerca da situação em que muitas mulheres que exercem a maternidade em completa solidão se encontram no atual contexto em que estamos todos inseridos, a saber, a crise sanitária de escala global provocada a partir da disseminação do SARS-COV-2, o novo coronavírus, que nos assola com a doença covid-19.

As autoridades da OMS⁷ orientaram aos países do globo que adotassem medidas para a contenção do avanço do novo coronavírus. Entre tais orientações, a mais indicada é a prática do distanciamento social, em maior ou menor grau a depender da rapidez com que a disseminação tem se dado em cada local. Diante disto, quarentenas e isolamentos parciais ou totais são apontados como a melhor atitude a ser tomada pelas instâncias governamentais no combate à covid-19.

Tais medidas, mesmo quando tomadas em menor escala, têm impactado diretamente sobre a vida de todo e qualquer indivíduo, assim como das coletividades onde cada qual está inserido. Porém, diante de sociedades e comunidades tão plurais, tais impactos se apresentam de múltiplas formas conforme as condições e possibilidades de vida cotidiana de cada um.

No Brasil, onde a população pobre, que é numericamente a maior parte da sociedade, se encontra sob forte negligência do governo federal, o suporte tem vindo em sua maioria de redes de apoio disponíveis ao socorro material, emocional e jurídico daqueles que se encontram em situação de vulnerabilidades múltiplas. Assim sendo, se delineou para nós uma percepção da importância do estabelecimento das relações entre os mais diversos grupos de apoio e os indivíduos que compõem a parcela social mais fragilizada de um país de dimensão continental e enormes abismos de desigualdades entre as classes. O movimento voluntário de uma espécie de responsabilidade solidária tem se mostrado essencial para que muitas famílias possam ter algum acesso à dignidade durante o período que atravessamos.

Ao observarmos mulheres ao redor, percebemos que a maioria compartilha de muitas dificuldades mesmo que de formas diversas. Cerceamentos são impostos a todas de alguma maneira. Assim, nos pautando em análises feitas em trabalhos anteriores já mencionado na introdução deste trabalho, percebemos que a maternidade tem sido um espaço eficiente de opressão da mulher pela sociedade. Mas como não há luz sem escuridão, se não fosse a maternidade uma forma bastante poderosa de opressão contra a mulher, logo não se estabeleceria também como um rico espaço de disputa política.

Quando conversamos com mulheres sobre a maternidade que exercem, percebemos o quanto todas, cada qual ao seu modo, estão se posicionando política e eticamente diante do mundo e suas questões. Elas se movimentam ou, simplesmente resistem às construções machis-tas e a rígida dicotomia dos papéis de gênero constituídos com base no patriarcado histórico, muito frequentemente mesmo sem ter consciência de que assim o fazem. Menos consciência ainda têm de que seus posicionamentos são parte do que consideramos como processos de formação e politização do feminino.

Com apoio em levantamentos anteriores referentes à temática da maternidade, vimos eclodir cada vez mais, a formação de grupos/coletivos/movimentos femininos e maternos, de apoio às mulheres. São ações que, via de regra, têm sua origem na atuação de mulheres que visam socorrer outras mulheres. Isto é, são mulheres se reunindo com outras mulheres para apoiar mulheres, o que nós poderíamos enxergar como uma forma de cuidado e acolhimento mútuos que muitas mulheres estão construindo em coletividade através de um rico processo de luta e resistência que leva cada vez mais a uma politização concisa do feminino que rompe com a lógica hegemonicamente estabelecida acerca do ser e estar mulher em nossa sociedade. É uma espécie de processo que pouco a pouco, transitando no limiar entre opressão e resistência, vai descolonizando mulheres.

Tais organizações de apoio voltadas às mulheres ganham existência tanto no mundo virtual, como no mundo

7. Segundo informações da Organização Mundial de Saúde - OMS, a pandemia do novo coronavírus teria tido o seu início no mês de dezembro do ano de 2019, na província de Hubei na China. No Brasil, o primeiro caso foi registrado em fevereiro de 2020, no estado de São Paulo e no momento da produção deste texto, em julho de 2020, o país já ultrapassa a marca dos 66 mil óbitos notificados.

físico e real. São grupos onde formam-se comunidades femininas e maternas em que são discutidas tensões comuns aquelas que lá estão e contam com o apoio umas das outras, quer seja na resolução de tensões ou somente como oferta da escuta empática e de um apoio psicológico e emocional. Sobre isso, Joyce, Tatiana e Dayane compartilham conosco as experiências que têm vivido a partir da relação que constituíram com o projeto social, criado por duas mulheres – Thais Ferreira e Thaiz Leão –, denominado “segura a curva das mães”, voltado ao socorro emergencial de mulheres que são mães em situação de vulnerabilidade nesse contexto de pandemia. O projeto foi idealizado em parceria com o Instituto Casa Mãe - SP e o coletivo Massa - RJ.

A partir do instante em que soubemos da existência do referido projeto em curso, bus-camos, através de uma pesquisa virtual, conhecer um pouco da proposta oficial que ele traz. As informações que descreveremos agora, foram encontradas na página do projeto alocada no endereço eletrônico seguraacurvadasmaes.org.⁸, onde é possível encontrar toda uma apresentação clara e objetiva da atuação do grupo. A descrição do trabalho encontrada na página foi “somar esforços junto às entidades do terceiro setor, coletivos, instituições da sociedade civil e indivíduos para realizar distribuição direta e indireta de recursos, cuidado integral, apoio psicossocial e suporte jurídico a fim de promover e garantir de forma prioritária, por meio de ações práticas, a dignidade e os direitos básicos de mulheres e crianças enquanto durar a pandemia do novo coronavírus”.

A ação do projeto se apresenta em quatro fases, a primeira visa mapear as mães; mobili-zar parcerias e recolher apoio e doações. Após o mapeamento feito, identificadas as mães em situação de vulnerabilidades e o apoio conseguido, chega a segunda etapa onde busca-se o estabelecimento do vínculo entre as assistidas e o programa, assim como, entre as próprias assistidas que se tornam também rede de apoio umas para as outras. Em seguida, o apoio (material ou em serviços voluntários) é organizado e distribuído. A distribuição já faz parte da terceira fase, onde, além de fazer o apoio chegar concretamente às assistidas, há também a apresentação de tudo o que foi feito e alcançado, a título de manutenção da transparência do projeto. Os dados e informações são divulgados através de portais e mídias digitais onde ficam visíveis a que desejar conferi-los. A quarta e última etapa consiste em retornar à primeira, visto que a intenção do projeto é oferecer auxílio às mães vulneráveis e suas famílias enquanto for necessário.

Em matéria jornalística⁹ publicada no portal Radis Comunicação e Saúde – Fiocruz, em 18 de maio de 2020, verificamos que em sua etapa inicial, o projeto segura a curva das mães arrecadou através de um financiamento coletivo, R\$87 mil reais que atendeu a 732 mães atendidas em 20 estados brasileiros. Dessas 732 mulheres assistidas, 60,5% eram negras; possuíam renda que variava de zero a cem reais por pessoa da família, 432 moravam em residências com apenas dois cômodos; 236 em residências de um único cômodo; 30% com três filhos ou mais. Logo após as 732 primeiras assistidas serem devidamente atendidas, outra etapa de acolhimento para novas mulheres foi aberta e, segundo a matéria, mil novas vagas foram preenchidas em menos de 12 horas.

Até a conclusão deste artigo, os números apresentados na página do projeto são da ordem de 1.734 mães assistidas; 6.936 indivíduos entre crianças, adolescentes, pessoas com deficiência e idosos que são cuidados diretamente por essas mulheres assistidas e doações que somam, até a data, o valor de R\$378 mil. O projeto acolhe mulheres e suas famílias em 24 estados brasileiros. A página do projeto conta ainda com a apresentação de dados estatísticos que são de extrema relevância para a compreensão do cenário enfrentado por mulheres que são mães, em maioria negras e pobres, em nossa sociedade. É bastante interessante que se faça um

8. <https://seguraacurvadasmaes.org/> Acesso em 06 de julho de 2020.

9. <https://radis.ensp.fiocruz.br/index.php/home/entrevista/elas-nao-estao-sozinhas> Acesso em 14 de julho de 2020.

passeio pela página e leia com atenção as informações expostas para compreendermos o quão valioso tem sido o trabalho desenvolvido e como se faz necessário que outras ações nesse sentido sejam apresentadas.

Após traçarmos uma breve ideia da proposta apresentada pelo projeto Segura a curva das mães, temos por objetivo de vislumbrar o estabelecimento de uma rica e importante reflexão acerca das questões que possam ser identificadas a partir dos diálogos estabelecidos com as três mulheres que aceitaram colaborar com esta breve pesquisa nos brindando com o generoso relato de suas experiências pertinentes ao interesse daquilo que buscamos analisar neste ensaio.

Mães solo e maternidades profanadas

Como já esclarecido, as reflexões desse trabalho se concentram especificamente na maternidade solo, aquela em que uma mulher assume o filho sem a presença efetiva de pessoa companheira. Essa forma de maternidade não é nenhuma novidade para a sociedade brasileira, visto que o Brasil é o país onde as estatísticas mostram a existência de cinco milhões e meio de indivíduos sem o nome do pai em seus registros de nascimento¹⁰ e que, em pelo menos 40% dos lares brasileiros, a mulher é a principal responsável pela família.

Dentro deste perfil específico, trazemos ao diálogo a modelo fotográfica Joyce Salvador, vinte e seis anos, se auto declara uma mulher preta, moradora da Baixada Fluminense¹¹/RJ, mãe de duas crias, a menina Ágatha de sete anos e o menino Akin de apenas um ano e a educadora social Tatiana Kovaes, trinta e oito anos, se auto declara branca, também moradora da Baixada Fluminense/RJ, mãe da menina Ana, sete anos.

Não deixemos de pontuar que não consideramos a maternidade solo como condição que sobrevém às mulheres tendo sua determinação baseada unicamente pelo fator ausência física de pessoa companheira com quem deveria haver o compartilhamento das responsabilidades devidas aos filhos, mas ainda aquela maternidade exercida até mesmo no âmbito de uma união estável, porém, que ainda assim, torna-se fonte de sobrecarga e esgotamento para as mulheres no que diz respeito aos cuidados básicos essenciais e à educação dos filhos e também no que tange à responsabilidade financeira. É neste perfil que se enquadra Dayane, trinta e sete anos, se auto declara mulher negra, mãe de seis filhos, moradora da zona oeste do RJ. A conclusão do ensino médio e a formação como cuidadora de idosos foram alcançadas sob muita luta, e Dayane nos conta isso com muito orgulho do seu esforço.

Ela nos explica que é uma mulher casada, mas que em questão de vida cotidiana é ela a única responsável pelos cuidados com os filhos, Pierre de oito anos, as gêmeas Aurora e Maria Flor de três anos e o menino Heitor em vias de completar dois anos. Os filhos mais velhos, Rafael de dezessete anos e Ana Clara de vinte anos, não residem com ela. Assim como Dayane, há muitas mulheres que experimentam uma maternidade solo mesmo estando enquadradas em relações socialmente estabelecidas e reconhecidas como estáveis com aqueles que são o pai de seus filhos.

A despeito do fato de estarem ou não inseridas num contexto de relação estável com os pais dos filhos, são as mulheres aquelas que mais se responsabilizam pelos cuidados com as crianças. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, realizada no ano de 2015, apontam que mais de 80% das crianças em idade de zero a quatro anos têm como primeiro e principal cuidador uma mulher, que pode ser a mãe ou qualquer

10. Dados do Conselho Nacional de Justiça - CNJ com base no Censo escolar do ano de 2011.

11. Baixada Fluminense é a região conhecida como grande Rio, situada no entorno da cidade do Rio de Janeiro, no estado do RJ. É a região metropolitana do Rio de Janeiro e é composta por 13 municípios.

outra que tenha algum vínculo com ela. Dentre essas mulheres, apenas 45% se encontravam trabalhando, ou seja, a dedicação social imposta às mulheres a partir da maternidade causa impactos significativos em seu acesso ao mercado de trabalho.

O relato de Joyce acerca da sua vida profissional ilustra bem o que os dados apontam. Ela se apresenta como modelo fotográfica independente que viu suas possibilidades de trabalho dificultadas a partir da maternidade e mais ainda quando se estabeleceu, mais recentemente, o cenário de pandemia global. Sendo Joyce mãe solo de duas crianças, tem investido na tentativa de impulsionar uma carreira de produção de conteúdo digital para o seu canal na plataforma do Youtube. Ela tem visto tal possibilidade como uma forma de ganho material para a sua vida e de seus filhos. Reforça que quer fazer disso um trabalho que lhe traga remuneração. Mas, diz também que tem sido muito difícil investir nessa produção tendo que estar todo o tempo do dia com os dois filhos. Essa realidade acaba fazendo que não consiga levar seus projetos até o fim e nem com a devida qualidade desejada.

Quando conversamos com Tatiana, tomamos conhecimento de que a maior parte da sua atuação profissional como educadora, se deu em dois locais de trabalho paralelamente. Ela nos conta que mora com a mãe e com a filha e que sempre foi a responsável financeira pela casa. Desta forma, trabalhar em mais de um local acabou se tornando algo que possibilitava a manu-tenção material da vida. O caso de Tatiana corrobora com os dados anteriormente apontados, sobre as mulheres serem as principais cuidadoras, quando percebemos que para que ela pudesse prover materialmente a família, sua mãe precisava estar à disposição para oferecer à Ana os cuidados necessários. Esta condição se delineou na família de Tatiana desde o nascimento de sua filha. Em momento algum, Tatiana deixou o trabalho. Sempre foi a avó da menina que cumpriu esse papel de primeira responsável por ela.

A história de Dayane também vem nos oferecer uma colaboração na compreensão dos referidos números. Após ter passado tempo significativo fora do mercado de trabalho, direta-mente voltada aos cuidados dos filhos menores, não por escolha, mas por não ter quem pudesse fazê-lo em seu lugar, ela começou a trabalhar formalmente a partir do momento em que passa a morar com a sogra. Desta forma, Dayane conseguiu organizar a vida para retornar ao mercado de trabalho, contando com o auxílio da sogra e de uma creche pública no que diz respeito ao compartilhamento dos cuidados com as crianças. Sem a atuação dessa outra mulher, a sogra, ficaria inviável se ausentar de casa para ir ao trabalho com tranquilidade.

Dayane é hoje, mão de obra terceirizada numa escola da cidade do Rio de Janeiro. Sua função na instituição é controladora de acesso. Com o advento da pandemia, teve seu contrato de trabalho, recém estabelecido, suspenso e seu salário reduzido em 70%. Em paralelo ao seu emprego terceirizado, ela também desenvolve trabalhos informais que somam ao baixo salário que recebe. Mesmo antes de ser contratada pela empresa para qual presta serviços hoje, Dayane fazia faxinas em casa de família e trabalhava em buffet de festas. A composição da renda familiar sempre foi composta por mais de uma atividade laboral de Dayane. Embora seja casada, Dayane não mora com o marido. Ele reside e trabalha em município distante de onde estão Dayane e os filhos. Assim, ela reforça que as responsabilidades com os filhos acabam pesando unicamente sobre si, inclusive a responsabilidade material.

Podemos pensar, a partir da perspectiva oferecida pelos dados e corroborada pelos rela-tos de nossas colaboradoras, que o estabelecimento dessa maternidade solo, mesmo para as mulheres que têm pessoa companheira numa relação afetiva estável, assim como para aquelas que se encontram sem qualquer companhia

física na vida prática e cotidiana com os filhos, se delineia com base no estabelecimento do que se conhece como uma divisão sexual do trabalho. Tal forma de organização social traz o gênero como o fator central que define quais tarefas são atribuídas aos homens e às mulheres, o que se torna determinante para a ocupação dos lugares sociais e as possibilidades de atuação nos mesmos, tanto na esfera pública quanto na esfera privada.

A categoria gênero é central para as teorias feministas hegemônicas. A cientista política Françoise Vergès, em seu livro *Um Feminismo Decolonial* (2019), traz uma forte crítica a esses feminismos que são centrados numa experiência europeia e que, todavia, se colocam como universais. Desta forma, a autora desenha para seus leitores algo que ela denominou de feminismo civilizatório. Tal conceito aponta o que seria um feminismo branco burguês, carregado de uma dimensão que mantém e replica os vícios de um imperialismo colonial e suas ações racistas, o que acaba oferecendo ao neoliberalismo uma agenda de direitos das mulheres que atende aos seus interesses.

Em oposição aos feminismos hegemônicos, Vergès apresenta a possibilidade de um feminismo decolonial que seria aquele que não se organiza em torno de pautas que atendam exclusivamente o que se chama de necessidades femininas, mas sim que tenha a ver com todo e qualquer contexto de violências e opressões que afetem direta ou indiretamente a vida de mulheres que tem suas vivências cotidianas atravessadas não só pelo gênero, mas também por um brutal processo de racialização.

Ao olharmos para as narrativas de Joyce, Tatiana e Dayane sobre seus cotidianos e sobre suas atuações enquanto sujeitas, mulheres que são, além de muitas outras coisas, mães, não podemos cair na mazela de pensar que estamos ouvindo nada mais que simples determinações naturalmente intrínsecas a vidas femininas. Muitas são as questões que podem e devem ser refletidas de forma crítica e política, naquilo que se naturalizou responsabilidade de mulheres ou como algo contra o qual não se deve lutar, visto que foi assim que a sociedade se estabeleceu. Pelo contrário, é importante que possamos compreender que tudo aquilo que nos organiza e delineia socialmente tem sua origem em processos historicamente constituídos e que cada um desses tem sua função a cumprir nessa organização. Desta forma, precisamos compreender que a ideia de mulher, feminino, família, maternidade, entre outras, são estabelecidas dentro de um contexto não espontâneo e que, assim sendo, deve ser criticamente analisado.

As histórias aqui apresentadas podem nos levar a pensar dois pontos que consideramos de suma importância para entendermos os lugares determinados às mulheres em nossa sociedade de hoje. Seriam esses: o âmbito dos cuidados dispensados a terceiros e as possibilidades de acesso ao tempo. Quando ainda nos vemos parte de uma estrutura social que delega às mulheres que a responsabilidade pelas tarefas domésticas e os cuidados com as crianças e também com os mais velhos são de sua responsabilidade, alegando que são elas as detentoras da capacidade física e emocional de gerar e manter a vida de outros, seguimos reproduzindo e mantendo a ideia de que ofertar suas vidas e tempo é a finalidade primeira de sua existência, não importando o ônus que tal dedicação pode lhes acarretar.

Em certo momento, Joyce explica que lhe falta condições para as coisas mais simples do dia, como por exemplo, conseguir tomar um banho, usar o banheiro ou ausentar-se da cama durante a madrugada sem se preocupar com os filhos ou ser demandada por eles. A rede de apoio com a qual contava muitas vezes era a sua mãe, porém esta faleceu há poucos meses. Escolas e creches são as possibilidades que restam para as mulheres que criam seus filhos sozinhas terem a oportunidade de desfrutar algum período do dia para si, entretanto, nem mesmo com essa possibilidade Joyce pôde contar. Explicou que, devido ao final da relação

que mantinha com o pai do seu filho caçula, viu-se obrigada a mudar de endereço, retornando para o bairro onde vivia antes da relação. Neste processo, sua filha mais velha, em idade de alfabetização, não conseguiu uma vaga nas escolas próximas a sua residência. Joyce recorreu ao ministério público para solicitar uma vaga, porém nada foi resolvido e, logo em seguida, a pandemia se instalou pelo mundo. Então, Joyce nos fala enfaticamente que sempre viveu à margem. Sem um emprego e renda sólidos, sem acesso à educação pública para a filha, o que é um direito garantido pela constituição, sem acesso à vacina para o caçula, visto que o SUS vem sofrendo pesado processo de sucateamento e desmonte e nem mesmo as vacinas do calendário obrigatório tem chegado à população, certamente, Joyce já se enquadrava numa condição de vida reconhecidamente vulnerável.

Tatiana sempre passou todo o seu dia em atividade laboral fora de casa. Possibilidade essa que só existe por conta do auxílio de sua mãe. Não pôde acompanhar de forma mais próxima os primeiros anos de desenvolvimento de sua filha, visto que sempre foi a provedora da família e para cumprir com sua responsabilidade sempre trabalhou em mais de um local ao mesmo tempo. Com a vida nesse formato, tempo é tudo que ela nunca teve, nem para si e nem para a filha. Esse cenário vinha se modificando ao longo dos últimos dois anos, pois mesmo trabalhando em mais de um lugar, Tatiana estava conseguindo estabelecer horários mais flexíveis.

Com o advento da pandemia, veio o desemprego. Para quem antes tinha duas fontes de renda, hoje já não tem nenhuma. Pouco antes disso, dois meses antes do início da pandemia, a filha de Tatiana foi acometida por um grave problema de saúde que a fez passar por longos períodos de internação, muitas restrições e uma cirurgia de grande porte. Há meses o cotidiano da família é determinado pela nova condição de saúde de Ana que precisou deixar a escola. Além disso, faz uso constante de medicamentos, não passa uma semana sequer sem precisar ir a pelo menos uma ou duas consultas médicas e nem um mês completo sem precisar de internação. Os dias da família são, para Ana, de muita dor e cansaço, físico e emocional, e para Tatiana, de preocupação e correria extrema. Dor, Tatiana alega não ter condições práticas para sentir, pois não conseguiu ainda encontrar espaço para chorar o estado de saúde de sua filha, já que está sempre precisando resolver tudo o tempo todo. Para Tatiana, isso é o fato mais cruel com o qual tem lidado dentro desse contexto de uma maternidade solitária.

Dayane descreveu como era sua rotina antes do cenário pandêmico se instalar. Saía cedo de casa para ir ao trabalho, deixando os quatro filhos menores aos cuidados da sogra. No horário do seu almoço, corria até em casa para pegar as crianças e levá-las à creche, os três menores e à escola, o menino de oito anos. Voltava para o trabalho. Ao final da tarde, buscava as crianças menores na creche e voltava para o trabalho com eles e cumpria o tempo que faltava para encerrar o expediente. Saía do trabalho com as três crianças menores, buscava o menino na escola e seguia para casa com os quatro. Já em casa, após um dia de trabalho, iniciava o expediente nas tarefas domésticas. Era comum que aos finais de semana trabalhasse em atividades informais para compor sua renda. Em todas as circunstâncias, Dayane sempre está na dependência de terceiros para auxiliar nos cuidados com os filhos afim de que possa cumprir as atividades laborais que a possibilitam arcar com as necessidades da família.

Nos três relatos, vemos mulheres que são oneradas de diversas formas em suas rotinas diárias. Todas são responsáveis diretas e principais no que tange o cuidado direto e/ou a manu-tenção material de seus filhos, mesmo nos casos em que há alguma ajuda, como no caso de Tatiana, com a mãe e de Dayane, com a sogra. Não sem razão, são elas aquela que estão conseguindo atuar no mercado de trabalho, a despeito do fato de Tatiana ter ficado desempregada há pouco tempo e de Dayane estar com o seu contrato de trabalho

suspendo e salário drasticamente reduzido. Sobre Joyce, não poderíamos cometer a injustiça de apontá-la como uma mulher não trabalhadora. O que ocorre à condição de Joyce hoje, é aquilo que se faz naturalizado erroneamente na vida de muitas mulheres, principalmente daquelas que são mães solo de crianças pequenas. Pensar que Joyce não exerce função produtiva deve ser substituído por compreender que, na verdade, ela não exerce atividade remunerada, mas sem dúvidas o trabalho não lhe falta.

No tocante às experiências vividas com relação ao projeto segura a curva das mães, Joyce reforça o que já havia sido relatado sobre si - que é uma modelo fotográfica independente, mãe solo de duas crias e que mora no município de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, região essa que concentra uma população periférica. “Isso já deixa óbvio a delicadeza da minha situação mesmo antes da crise, a pandemia só fez evidenciar esse processo todo”, relata. Segue apontando que, neste momento houve o encarecimento acentuado do custo de vida. Está muito mais difícil manter a casa, a rotina. Há muitas questões envolvidas na sua condição, diz Joyce e foi nesse contexto de aumento dos riscos, das fragilidades que ela conheceu o referido projeto. Relata ainda que está inserida numa outra experiência de grupo, o Afromamas, que é uma espécie de “aquilombamento”, nas palavras da própria.

Joyce nos explica que o Afromamas é basicamente um grupo de whatsapp que funciona como “um coletivo, um colo de mãe para as mães”. É composto exclusivamente por mulheres pretas que estão ali unicamente para ser solidárias umas com as outras acolhendo dúvidas, apoiando na resolução de problemas, oferecendo uma escuta empática. É um grupo que conta com muitas profissionais que estão ou não atuando em suas áreas. Esta última condição, de “não atuação profissional na área de formação”, nos alerta Joyce, “geralmente se dá devido ao exercício da maternidade”. Então, diz Joyce, “é um grupo onde estamos sempre todas ali inclinadas a atender umas às outras” e foi neste espaço que alguém compartilhou o link do segura a curva das mães e eu me inscrevi. Foi a partir desse momento que tudo começou a ganhar corpo na construção de uma relação de apoio por parte do projeto.

Sua experiência com o segura a curva das mães tem sido de grande relevância para que atravessasse de forma mais amena o momento tão grave que vivemos. Após a sua inscrição no projeto, Joyce foi reconhecida como mulher mãe solo em situação de vulnerabilidades que necessitam de intervenção imediata para serem contidas. Nos relata que não demorou que chegasse até ela e sua família uma ajuda em forma de cesta básica. Joyce adverte que a ação do referido projeto foi de absoluta relevância visto que para além da alimentação, há a tentativa de atendimento as mais diversas demandas das mulheres ali assistidas, como por exemplo, doação de fraldas descartáveis, item que Joyce ainda precisa muito, visto que seu menino é um bebê de apenas um ano, o que se configurou como uma gasto que ela não poderia manter durante a pandemia.

O auxílio oferecido à Joyce pelo projeto vai além das cestas básicas mensais e das fraldas doadas. Ela conta que recebe uma cota no valor de R\$150,00/mês e, também, tem tido a possibilidade de fazer um acompanhamento psicológico semanal com uma profissional disponibilizada para o atendimento às mulheres do grupo.

Perguntada sobre a importância que ela vê na composição e atuação de grupos de apoio feito de mulheres especificamente para acolher mulheres, ela diz ver no Afromamas uma rede de apoio, mesmo que virtual, mas uma rede de apoio possível nesse momento. O Afromamas é um grupo focados em mães pretas e não exatamente em mães solo, aponta Joyce. Explica que mesmo com todo apoio material e psicológico encontrado no projeto segura a curva das mães, ela acabou optando por não se manter no grupo de whatsapp

que aloca as mulheres atendidas. Neste, há “mães pretas, brancas, solo, não solo, sobrecarregadas, mães que romantizam a situa-ção toda”, diz que “tem de tudo lá”, “não me vejo em condições psicológicas para lidar com isso hoje”, explica que já estava ficando muito ansiosa com tudo que via no mesmo.

Joyce relata que ainda sente muita dificuldade de “sair de sua bolha social”. Neste mo-mento tão grave e difícil, diz optar por se manter na sua zona de conforto sem culpa. Logo, mesmo com todas questões relatadas, o Afromamas acaba sendo a única experiência de coletivo em que Joyce se mantém ativa nesse momento. Com o intuito de nos contar como se estabeleceu sua relação com projeto segura a curva das mães, Tatiana explica que o contexto foi se ver com a filha doente, nesse cenário de pandemia e ainda desempregada. Mudanças muito significativas ocorreram e desestruturaram totalmente a organização de vida de sua família.

Tatiana conta que em meio a toda a correria para manter a filha bem, se deparou inúmeras vezes com falhas no atendimento prestado pelo plano de saúde da menina, chegando ao ponto de precisar recorrer à justiça para que Ana pudesse ser devidamente atendida em suas necessidades. Aponta o quanto tem sido difícil passar sozinha por toda essa situação, que além do financeiro que não existe mais, devido ao desemprego, ainda tem o psicológico, o não poder sequer se entristecer ou sentir cansada. É em meio a esse contexto que entra a ajuda do projeto segura a curva das mães para Tatiana.

Segundo ela, o apoio encontrado no referido projeto teve um impacto muito marcante em sua vida por duas ocasiões. “Não foi só pelo auxílio financeiro, mas por entender que o que estava sendo dito era “nós estamos aqui, nós estamos juntas””, diz. “A preocupação [da Thaís] não era só a de fazer um depósito com um valor, que é um valor mínimo, mas que ajudou mui-to. A preocupação demonstrada era de saber como a minha filha e eu estávamos, do que está-vamos precisando”. “O simples fato de receber uma mensagem [da Thaís] com uma figurinha que dizia “estamos juntas””, foi algo que Tatiana diz que a ajudou e fortaleceu demais.

Assim como Joyce, Tatiana explica que seria desonesto dizer que foi a pandemia que a colocou nesse lugar de dificuldade. Não. “A vida já era bastante apertada” desde sempre, o que piorou a situação foi o desemprego que veio por conta da pandemia. “Desde que a Ana nasceu, é a primeira vez que eu me vejo em situação de desemprego”. Sempre foi difícil, “porque sustentar uma criança sozinha de tudo, é muito difícil”. Agora, “com a pandemia, eu fiquei assim, tinha dois empregos, agora não tenho nenhum”.

Tatiana relata que ao receber o link para do projeto segura a curva das mães, sequer sa-bia o que era e não tinha intenção de ser assistida pelo trabalho. Como o link encaminhava para um questionário que visava mapear mulheres que são mães solo, “preenchi na intenção de cola-borar para o mapeamento”. Ela afirma que nem passou pela cabeça que, em tão pouco tempo, seria ela uma das mulheres assistidas pelo projeto. Tatiana segue nos contando que “as coisas foram se desenrolando, a filha piorando, as internações acontecendo, as preocupações aumen-tando e, de repente, já inserida no grupo do whatsapp, acreditou que estaria num espaço para o compartilhamento de ideias e experiências. Listas de doações começaram a aparecer. De acordo com o que estava sendo doado, as mulheres que necessitavam do item se inscreviam para aquela lista.

Diante dos gastos cada vez mais altos com medicação para a filha, Tatiana se inscreveu na lista da cesta básica. Com o agravamento de sua condição de vida, se encontrava cada vez mais vulnerável. Conta que a primeira ajuda que veio do projeto e que foi marcante para a sua trajetória veio dois dias antes do dia das mães. Ela nos conta de forma bastante enfática, como quem acredita em milagres, que, pela primeira vez, não tinha o que dar de almoço para a filha e sabia que o gás iria acabar. Foi com o auxílio do projeto no valor de R\$150,00 que comprou o gás e fez uma pequena compra de alimentos.

Com uma piora significativa, a filha de Tatiana precisou ser operada. Nesse momento, ela conta que estava se sentindo tão exaurida emocionalmente que, assim como Joyce, optou por sair do grupo de Whatsapp do projeto. Ela diz que “não estava em condições de administrar essa interação” diante do que se anunciava. Assim sendo, diante do agravamento da situação de saúde de sua filha e, conseqüentemente o aumento dos gastos, Tatiana foi direcionada para uma lista onde vinte mulheres de vários estados haviam sido selecionadas para receber a ajuda de uma empresa que se comprometeu em pagar um auxílio mensal, durante cinco meses, no valor de R\$500,00 para cada uma. Tatiana lembra com muito carinho que Thaís manteve contato atencioso o tempo todo para apoiá-la em meio ao contexto da cirurgia da sua filha. Mais uma vez, reforça que o cuidado recebido, para além do auxílio material, tem sido fundamental para que não se desequilibre e nem se sinta enfraquecida diante dos problemas que vem enfrentando. Diz que só consegue sentir gratidão por todo o socorro e acolhimento que tem recebido.

Tatiana encerra a sua fala dizendo que o trabalho feito por mulheres no projeto é algo “fora do normal” e que isso apresentou a ela uma nova percepção da vida. Conta que é de “partir o coração” as mensagens que são compartilhadas no grupo, “são muitos relatos de solidão, de violência”. “São mulheres que os ex, pais dos filhos, vão até elas, espancam, machucam os filhos e depois vão embora”. São casos relatados de violência gratuita e rotineira. “São coisas terríveis. Mulheres sendo despejadas com seus filhos por não terem condições de pagar o aluguel. Muitas trabalhavam em casas de família, como faxineiras, e com a pandemia ficaram sem nenhum trabalho”.

Tatiana cita Thaís, a responsável pelos contatos com as assistidas, e diz que enxerga nela “um exemplo de ser humano e de doação”. Afirma, “acredito na conjunção da doação material e espiritual e isso a Thaís e as demais administradoras do projeto oferecem de sobra”. “Além do material, a cesta básica, o dinheiro pro gás, a ajuda financeira de modo geral, elas oferecem o apoio, a preocupação”. “Não é só ir lá e jogar o valor em dinheiro, tem proximidade, tem afeto, tem cuidado e isso é de suma importância para qualquer ser humano”. Tatiana confessa que seu desejo é poder “encontrar a Thaís e dar um abraço bem forte nela”, pois “preciso dizer o quanto ela tem sido importante nesse momento que estou passando com Ana”. Finaliza dizendo que “a coragem dessa mulher é fora do normal”.

Dayane, assim como Joyce e Tatiana, é uma mulher assistida pelo projeto segura a acur-va das mães. Conta que se cadastrou através de um link encaminhado pela irmã e quando o fez, assim como Tatiana, não fazia ideia do objetivo daquele questionário que mapeava mães. Explica que foi tudo muito rápido. Logo após se cadastrar, foi contactada pelo projeto e convidada a fazer parte de um grupo de Whatsapp que estava sendo organizado. Dayane explicou que ficou “muito apreensiva com o primeiro contato feito pelo projeto”, pois “não tenho o costume de participar de grupos” e também porque “ainda não compreendia exatamente que trabalho seria aquele”. Afirma que acabou aceitando a participação porque “a mulher que fez o contato e o convite, foi de grande simpatia desde o início e teve muito tato para conversar sobre as intenções”.

Dayane recebeu links de páginas do projeto nas redes sociais e foi sondar para tentar compreender do que se tratava. Foi assim que percebeu o grupo como uma rede de apoio para mulheres que são mães. De início, diz ela, “pensei que seria um espaço para compartilhamentos, trocas de apoio e oferta de auxílio psicológico e jurídico para as mulheres que lá estavam”. “Não tinha passado pela minha cabeça que seria algo que pudesse envolver dinheiro, ajuda financeira”.

Ao entrar no grupo do whatsapp, teve as informações sobre o projeto acessadas de forma integral e

detalhada. Foi explicado que “ali estava um grupo de profissionais de psicologia e da área jurídica à disposição para auxiliar as mulheres e que também haveria uma ajuda em dinheiro”, um suporte financeiro emergencial. Para Dayane, a primeira cota de ajuda financeira no valor de R\$150,00 chegou logo na segunda semana que havia entrado para o grupo. A rapidez e facilidade com que teve acesso ao auxílio financeiro foi algo que a surpreendeu absolutamente. O suporte psicológico também foi conseguido sem grande dificuldade. Para a simpatia de Dayane, em pouco tempo, as mulheres que ali estavam começaram a desenvolver uma “interação bastante positiva” o que desencadeou ações mútuas de apoio e zelo entre elas.

“A gente acaba sempre uma ajudando a outra”, relata Dayane sobre a importância de estar num grupo com outras mulheres que compartilham vivências próximas às suas. Nesse contexto de grupo, “quando surge uma dúvida, sempre tem quem venha responder, acolher, consolar”. Muitas vezes, diz ela, “as conversas passam do grupo para o contato privado e assim as amizades vão sendo construídas”.

Dayane fala mais de uma vez da importância da experiência de compartilhamentos com as demais mulheres e diz que isso tem sido muito positivo, “bacana demais”, embora nos diga que “pouco consigo estar no grupo”, visto que “tenho muitas crianças para dar conta em casa” [referindo-se aos quatro filhos pequenos que moram com ela], mas, “sempre que há a possibilidade, faço questão de estar presente, de estar ajudando de alguma forma”.

Sobre as mulheres que tocam o projeto, Dayane as descreve como “maravilhosas”. Fica sem muitas palavras para descrever o quanto tem achado a iniciativa delas de ajudar outras mulheres algo sem igual, que ela nunca tinha experienciado na vida. Diz que “o sentimento de gratidão é imenso” e na tentativa de retribuir, oferece seu reconhecimento em pequenas atitudes, então, diz que “sempre que há lives sobre o projeto, faço questão de acompanhar, de divulgar, de falar sobre a iniciativa”, “é a maneira que eu tenho de agradecer”. Lembra que o momento em que a primeira ajuda chegou em sua casa, foi de grande necessidade e que fez toda a diferença para a vida da família. Dayane encerra a sua breve fala dizendo que a ação é como uma “ajuda dos céus”, “além do dinheiro e da cesta básica, da psicóloga e tal, tem até ajuda pedagógica para as nossas crianças”.

Considerações finais

Ao chegarmos ao final deste trabalho, desenvolvido de forma bastante sucinta e com a colaboração que foi indispensável de Joyce, Tatiana e Dayane, ao compartilharem conosco um pouco de suas vivências, chegamos a um lugar de inquietações múltiplas. Partindo dos dados levantados através de pesquisas aplicadas à sociedade brasileira, logo constatamos um recorte de classe que se mostra desenhado a partir de categorias como raça e gênero. Tal fato direcionou nossas reflexões para a confirmação daquilo que os estudos decoloniais - e os feminismos a partir deles constituídos - nos dizem sobre a inseparabilidade dos diversos complexos que se interligam de forma a violentar e oprimir a todos os indivíduos.

Mulheres sozinhas, criam seus filhos. Isso é parte da realidade social brasileira. Segundo pesquisa realizada no ano de 2017, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o número de famílias nas quais a responsabilidade de chefia se dá pelas mulheres teve um aumento significativo entre os anos de 1995 e 2015. Onde tínhamos, em 1995, 23% de lares chefiados por mulheres, em 2015 alcançamos a marca dos 40%. Destes lares, 34% são chefiados por mulheres mesmo que o arranjo familiar conte com a presença do cônjuge. O IPEA tomou como base para a pesquisa, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Ainda com base na pesquisa retrato da desigualdade de gênero e raça do ano de 2017, a renda das mulheres

negras segue significativamente inferior à renda de homens brancos, mulheres brancas e homens negros, respectivamente, o que nos permite compreender que os lares chefiados por mulheres negras são aqueles em maior situação de vulnerabilidade. Tal percepção se confirma com base em dados do IBGE, apresentados no ano de 2019 na “síntese de indicadores sociais”, que traz uma análise das condições de vida da população brasileira. Nesta pesquisa é apontando que 63% dos lares chefiados por mulheres negras se encontram abaixo da linha da pobreza

Os dados apresentados nos mostram fatores que sutilmente vão empurrando determinado grupo social para o fosso mais fundo das desigualdades. Os dados acima apresentados somam-se a indicadores de muitas outras pesquisas que mostram as mulheres negras como o grupo mais precarizado de nossa sociedade. São elas que ocupam os subempregos, que estão em maior parte nas atividades informais ou terceirizadas, sem base em proteção trabalhista e que, conseqüentemente, oferecem os mais baixos rendimentos. Somam o maior percentual nas taxas de desempregados do país. São a maioria das mulheres chefes de família. E, ainda, infelizmente, segundo o IBGE, são aquelas que mais sofrem violência doméstica com maior chance de feminicídio. Em se tratando do lugar social da maternidade, as mulheres negras são aquelas que estão sempre a visitar seus filhos encarcerados, visto que os negros são 65% dos encarcerados no país. Quando não, são as mulheres negras, aquelas que vivem a chorar a perda de seus filhos, companheiros, irmãos, já que o “atlas da violência¹²”, publicado no ano de 2019, apontou que 75% das vítimas de homicídios no Brasil é de negros.

Sobre análises que consideram as interconexões entre as múltiplas formas de opressão, Grada Kilomba (2019) nos alerta para uma questão bastante importante de ser pensada, ao apontar para a diferença que há entre interseccionalidade e sobreposição de opressões. A teórica argumenta que adotar uma metodologia de análise que seja interseccional não é considerar o acúmulo de formas várias de violência, mas sim, compreender que todo esse processo de entrelaçamento entre elas acaba por dar origem a formas bastante peculiares de se manifestarem. A exemplo, a autora afirma que, no caso das mulheres negras e racializadas, o entrelaçamento das opressões raciais e sexistas faz com que elas experienciem um espécie de “racismo genderizado” que se estruturam a partir de “percepções racistas de papéis de gênero” que somente mulheres negras e racializadas podem vivenciar. (Kilomba, 2019: 98-99)

A percepção teórica tecida por Grada Kilomba se soma às apresentadas por bell hooks, María Lugones e Françoise Vergès, como aquelas que pensam feminismos que compartilham de visões interseccionais que juntas constroem feminismos decoloniais. Para tais teóricas, um feminismo que se queira afirmar decolonial deve considerar as práticas de vida, luta e resistência cotidianas de mulheres negras e racializadas e de mulheres brancas trabalhadoras que com-põem as classes mais palperizadas das sociedades capitalistas neoliberais. Se colocando desta maneira, as autoras mostram o quanto é indispensável que as concepções essencialistas de “fe-minismo” e “mulher”, apresentadas por feminismos hegemônicos, sejam destruídas. Tal como, também nos apontam a importância de pensarmos o gênero, como uma categoria colonial que é. Além disso, é imprescindível uma perspectiva histórica de raça. Esses são os pontos de partida para que possamos compreender que somos sujeitos constituídos sob um projeto moderno colonial que estabeleceu a classificação dos indivíduos entre humanos e não-humanos, organizando assim, as relações de poder e hierarquias sociais.

Nos diálogos aqui apresentados partimos da referida concepção de gênero que nos foi imposta e, assim,

12. Portal desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, onde o internauta pode acessar facilmente os dados constituídos através de evidências empíricas provenientes do Ministério da Saúde e das polícias brasileiras. Para acessar: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/>

cremos que delineou os papéis sociais pertinentes a cada grupo de indivíduos em nossa sociedade, buscamos chamar a atenção para as violências, muitas delas sutis, vivenciadas cotidianamente por mulheres que são mães e exercem este papel de maneira muito solitária, o que acaba conformando e agravando a intensidade das opressões a elas destinadas. Com base nisso, conectamos a proposta à uma pesquisa de doutoramento que objetiva a construção de um novo conceito, - a saber, maternidades profanas - que questione a ideia historicamente construída de supervalorização da “maternidade” e da figura da mãe, colocando-as em uma suposta posição de sacralidade no sentido de desenhá-la como missão destinada às mulheres. A referida pesquisa tem por objetivo, a partir de uma perspectiva decolonial, desconstruir tais idealizações tomando determinadas maternidades como aquelas que, longe de serem valorizadas, são profanadas cotidianamente.

Para o desenvolvimento de nossas análises, passamos por uma breve explanação do que seriam as concepções aqui adotadas com relação a gênero, família e maternidade. Assim, apresentamos o feminismo decolonial como filtro a ser aplicado à leitura daquilo que nos foi trazido através dos relatos de três mulheres periféricas sobre suas experiências em pleno exercício de uma maternidade solo, num contexto de pandemia que levou ao evidenciamento das muitas vulnerabilidades as quais a maior parte das mulheres brasileiras estão submetidas sob um violento processo que as invisibiliza.

As narrativas apresentadas nos convocaram a pensar, entre muitas coisas, as responsabilidades imputadas socialmente às mulheres acerca do cuidado com o outro. E aqui, chegamos num ponto importantíssimo a ser considerado sempre que nos disponibilizarmos a pensar mulheres e maternidades, a falsa, porém não inocente, premissa do cuidado como trabalho não produtivo. A insistência que há do sistema capitalista, constituído com base num projeto moderno colonial, em tornar invisível o trabalho do cuidado de forma ampla - cuidado com outros indivíduos e, ainda, tarefas de cuidados com a limpeza e higienização de espaços - tanto no lar quanto fora dele tem no complexo gênero-raça-classe suas bases muito bem definidas. No Brasil especificamente, o contexto aponta para um processo evidente de feminização da pobreza, tal qual, como para a racialização do mesmo. Desta forma, corroborando com as análises de Vergès em “um feminismo decolonial”, são as mulheres negras e racializadas que ocupam esse lugar, formando assim, uma espécie de matriarcado da pobreza.

Por fim, não podemos deixar de dizer que, ao passo que as histórias aqui apresentadas eram vividas, Mirtes, mulher preta e periférica do nordeste brasileiro, perdia o seu filho Miguel¹³ de cinco anos para a estrutura racista que fundamenta a sociedade brasileira que insiste em não abrir mão da sua mentalidade escravocrata. Mirtes é mais uma dentre tantas mulheres pretas que choram diariamente a perda dos seus. Esse choro, esse lamento, vem desde aquelas que tiveram suas maternidades transformadas em mera atividade de produção de mão-de-obra. Seu choro vem desde aquelas que viram seu leite, produzido pelos seus corpos já tão violentados, sendo tirado de seus filhos para alimentar os filhos que não eram seus, lhes privando de qualquer possibilidade de nutrição alimentar e afetiva, lhes privando do aconchego no peito. O lamento de Mirtes vem desde aquelas que foram brutalmente separadas de seus filhos, que foram vendidos como mercadoria, sem que lhes restasse nenhuma chance de constituição de laços familiares. O choro de Mirtes ecoa o lamento de todos os ventres de mulheres pretas e racializadas que foram, e ainda são, cotidianamente, desumanizadas pela lógica moderno colonial que fundamenta a nossa sociedade. Mirtes, assim como os demais úteros pretos e racializados de nossa sociedade fizeram ou farão, compartilha de nossas ancestrais toda a dor de quem teve sua maternidade violentamente profanada.

13. <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/06/05/caso-miguel-como-foi-a-morte-do-menino-que-caiu-do-9o-andar-de-predio-no-recife.ghtml>

Referências

- Bassanezi, Carla (2017). *História das Mulheres no Brasil*. 10. ed., 4ª reimpressão. Contexto. SP.
- Biroli, Flávia (2018). *Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil*. 1ª Ed. Boi tempo, SP.
- Grosfoguel, Ramón (2008). Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.80, p. 115-147.
- Hooks, Bell. (2019). *Teoria feminista: da margem ao centro*. Perspectiva. SP.
- Hooks, Bell. (2019). *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. 8ª ed. Rosa dos Tempos. RJ, 2019.
- Kilomba, Grada (2019). *Memórias da plantação. Episódios de racismo cotidiano*. Tradução: Jess Oliveira. 1ª ed. Cobogó. RJ.
- Lugones, Maria (2019). Rumo a um feminismo decolonial. In: Holanda, Heloisa Buarque de (Org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Bazar do Tempo. RJ.
- Machado, Maria Helena P. T (2018). Mulher, corpo e maternidade. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; gomes, Flávio dos Santos (Orgs.). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. 1ª ed. Companhia das Letras. SP.
- Roudinesco, Elisabeth (2003). *A Família em desordem*. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Venâncio, Renato Pinto. Maternidade Negada (2017). In: PRIORI, Mary Del (org.) e PINSKY, Carla Bassanezi. *História das Mulheres no Brasil*. 10. ed., 4ª reimpressão. Contexto. SP.
- Vergès, Françoise (2020). *Um feminismo decolonial*. Ubu Editora. SP.